

Luísa  
TRINDADE  
Universidade de Coimbra

## A água nas cidades portuguesas entre os séculos XIV e XVI: a mudança de paradigma

**RESUMO:** O presente estudo tem como objeto central as questões de abastecimento de água à cidade portuguesa. O recorte temporal em análise –do século XIV ao XVI– revela-se particularmente interessante por capturar um momento de mudança ao nível dos equipamentos e práticas: trata-se da reentrada e difusão do aqueduto no mundo urbano, após um hiato de vários séculos. Neste âmbito, o texto divide-se em duas partes correspondentes a dois tempos distintos, divisão grosso modo assinalada pelo reinado de D. João II [1481-1495]. Subjacente a ambos os tempos e aos seus diferentes matizes, uma ideia fundamental: o prover de água à população, sobretudo em abundância, é também um fortíssimo investimento simbólico, potenciador de uma imagem de magnificência, eficácia e poder.

**PALAVRAS CHAVE:** Água; Cidade; Abastecimento; Fontes; Aquedutos.

### EL AGUA EN LAS POBLACIONES PORTUGUESAS ENTRE LOS SIGLOS XIV Y XVI: UN CAMBIO DE PARADIGMA

**RESUMEN:** El presente estudio se centra en el suministro de agua de las ciudades portuguesas. El marco temporal que se ha considerado, del siglo XIV al XVI, resulta especialmente interesante porque hablamos de un momento de profundos cambios, en cuanto a equipamiento y prácticas: la vuelta de los acueductos al entorno urbano, después de un intervalo de varios siglos. Por lo tanto, se ha dividido el documento en dos partes, que se corresponden con dos épocas diferentes, interrumpidas por el reinado de Juan II [1481-1495]. Subrayando ambos periodos y sus diferentes tonos emerge una idea central: el suministro de agua, especialmente abundante, siempre es una gran inversión simbólica, que enaltece una imagen de magnificencia, eficiencia y poder.

**PALABRAS CLAVE:** Población; Agua; Suministro; Fuentes; Acuedutos.

### THE WATER IN PORTUGUESE TOWNS FROM THE 14TH TO THE 16TH CENTURY: THE PARADIGM SHIFT

**ABSTRACT:** The present study focuses on water supply to the Portuguese city. The time frame considered –from the 14th to the 16th century– is particularly interesting while capturing a moment of profound change, in equipment's and practices: the re-entrance of aqueducts in the urban world, after an interlude of several centuries. Thus, the text is divided into two parts, corresponding to two different times, break roughly marked by the reign of King John II [1481-1495]. Underlying both periods and its various tones, emerges a central idea: supplying water, especially in abundance, is always a major symbolic investment, enhancing an image of magnificence, efficiency and power.

**KEY WORDS:** Water; Town; Supply; Fountains; Aqueducts.



Qualquer estudo sobre questões de abastecimento e uso de água na cidade tardo-medieval, independentemente do referente geográfico, tem subjacente uma constatação que nenhuma fonte histórica, escrita ou material, contraria: fazer chegar água à cidade, em quantidade e qualidade, foi um problema permanente e de difícil resolução. Mesmo num território como o peninsular, onde a tradição tecnológica e cultural clássica associada ao uso da água tinha raízes profundas.

Na realidade, a desestruturação do império romano enquanto entidade político-administrativa conduziu ao desinvestimento nos equipamentos públicos e, em pouco tempo, à interrupção de um sistema continuado de manutenção, assente em mão de obra própria e qualificada, em cujo topo se encontrava a figura chave do *Curator Aquorum*. As condutas que, de distâncias mais ou menos longínquas, traziam água às cidades, abastecendo fontes, termas, banhos e as habitações das famílias mais abastadas foram das primeiras infraestruturas a acusar esse abandono. Acresce que na época conturbada das invasões dos séculos V e VI, a sua destruição parcial e o corte de água daí decorrente, foi uma arma frequentemente utilizada pelos exércitos invasores para a paralisação e sujeição dos cobichados núcleos urbanos hispano-romanos.

Esse desinvestimento e destruição não significou, todavia, que toda a tecnologia clássica tenha desaparecido ou deixado de funcionar de imediato. O uso continuado destas condutas, no decorrer dos séculos seguintes, comprova-se em diversas situações: era certamente romano o cano que em Braga, nos finais do século XIV, abastecia o palácio dos arcebispos<sup>1</sup>, da mesma forma, que a referência de 1087 ao «*cursum aquarum*»<sup>2</sup> junto à porta do Sol, em Coimbra, só pode querer dizer que o velho aqueduto romano estaria ainda em uso por essa altura.

O mesmo terá sido válido para a herança muçulmana ainda que, no caso do território atualmente português, o processo de verdadeira islamização dos núcleos urbanos ocorresse já em data muito próxima do final da Reconquista, o que explica que os vestígios de uma engenharia hidráulica evoluída se circunscrevam particularmente às regiões meridionais<sup>3</sup> –Alentejo e Algarve– e datem maioritariamente dos séculos XII e XIII. É disso exemplo a sofisticada canalização do bairro almóada da Alcáçova de Mértola, espaço abandonado pelos conquistadores cristãos logo após a tomada da vila<sup>4</sup>.

O certo é que, com ou sem reutilizações parciais de equipamentos anteriores, a cidade medieval dependeu essencialmente dos recursos hídricos disponíveis: dos rios em primeiro lugar, fosse para consumo, como força motriz ou como meio de transporte. Por isso a rede hidrográfica foi determinante na atração dos aglomerados urbanos, constatação que fica hoje bem evidente a partir da localização das igrejas românicas erguidas no coração das freguesias então reestruturadas.

No interior do espaço urbano, nascentes, poços e fontes foram a forma mais comum de suprir as necessidades das populações, garantindo a sua sobrevivência. Por isso, não raro, os forais determinavam o local de assentamento da povoação em função dos pontos de água disponíveis: em 1315, ao ordenar a construção da muralha da Bemposta, D. Dinis ordenava que tivessem em conta «*unum poço que hy esta*»<sup>5</sup>. Esta mesma importância fica bem patente no cuidado com que, 200 anos depois, Duarte de Armas registou os poços e fontes das localidades

<sup>1</sup> RIBEIRO, M.; MARTINS, M., «Contributo para o estudo do abastecimento de água à cidade de Braga na Idade Moderna. O Livro da Câmara de Braga (Século XVIII)», MATINS, M., FREITAS, I. e VALDIVIESO, I. (coord.), *Caminhos da Água*, Braga, CITCEM, 2012, p. 9.

<sup>2</sup> ROSSA, W., *Diversidade, Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*, Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2001, p. 63 (texto policopiado).

<sup>3</sup> Sobre a intensificação do processo de islamização do território nos séculos XI e XII veja-se PICARD, C., «Le changement du paysage urbain dans le Gharb al-Andalus (X-XIIe siècle): les signes d'une dynamique», BARROCA, M.; FERNANDES, I., (coord.) *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (séculos VIII a XIII)*, Palmela, Câmara Municipal de Palmela - Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, p. 138. FERNANDES, H., «Fronteiras e Reconquista», *Portugal islâmico: os últimos sinais do Mediterrâneo*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1998, p. 272.

<sup>4</sup> MACIAS, S., «Casas urbanas e quotidiano no Gharb al-Ándalus», *Portugal islâmico: os últimos sinais do Mediterrâneo*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1998, p. 109-117.

<sup>5</sup> TRINDADE, L., *Urbanismo na composição de Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2013, p. 127.

fronteiriças que, por mando régio, retratou em 1509<sup>6</sup>. Aliás, são vários os casos em que associa ao desenho uma pequena nota, especificando dados relevantes, como aconteceu no caso de Caminha, onde os poços do intramuros abasteciam a população de muita e boa água.

O papel essencial que cumpriam fez deles obras de bem comum e carácter piedoso, sendo frequentemente pagos com verbas para tal especificamente deixadas em testamentos. No geral, porém, dependeram da iniciativa das vereações, do apoio dos monarcas, da nobreza e do clero<sup>7</sup>.

Na verdade, a importância do abastecimento de água no mundo medieval pode medir-se pelo teor da esmagadora maioria das notícias que sobre este aspeto chegaram até nós: ora retratando situações de conflito em torno da posse e monopólio do precioso líquido; ora denunciando o potencial propagandístico da sua oferta à comunidade. Aspetos, de resto, intrinsecamente associados.

Como exemplo, bastará aqui recordar o litígio mediado pelo Infante D. Pedro, Duque de Coimbra, entre o Concelho e o poderoso Mosteiro de Santa Cruz em torno dos direitos que ambos reclamavam sobre três das mais importantes fontes da cidade: as fontes do Rei, da Rainha e a Fonte Nova<sup>8</sup>. Anos depois, em 1436, seria o próprio D. Pedro a entrar em confronto com os crúzios ao pretender desviar a água da Fonte Nova para a zona do Castelo onde decidira erguer um chafariz. Apesar do início dos trabalhos, e de estar já aberta «*uma grande valla pera a agoa da dita fonte*», o Prior de Santa Cruz travou o processo recorrendo a uma bula papal que salvaguardava, sob pena de excomunhão, os bens do mosteiro<sup>9</sup>.

Os conflitos suscitados em torno das questões do domínio de água entendem-se melhor quando contextualizados num quadro de construção de imagens de poder. Símbolo de vida e abundância, a água foi em todos os tempos um poderosíssimo factor de engrandecimento. Aquele que num gesto de altruísmo dá de beber à população, capitaliza para si mesmo uma imagem de eficácia e poder.

Aspeto tanto mais importante quanto eram equipamentos de grande visibilidade: fontes e chafarizes foram, durante séculos, dos principais pontos de reunião e sociabilidade da população urbana, sobretudo feminina. Uma

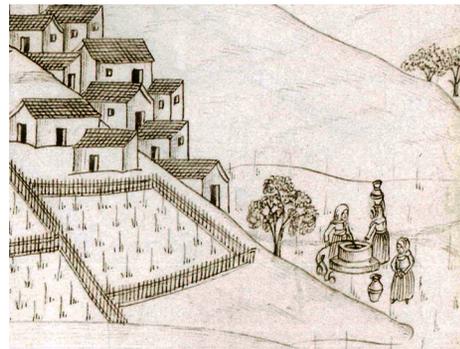


Figura 1. Montalvão (pormenor), Duarte de Armas, Livro das Fortalezas, c. 1509.

<sup>6</sup> Não nos referimos aos inevitáveis poços e cisternas representados nas plantas dos castelos, mas aos dos arrabaldes, entre o casario ou junto aos caminhos que levam às portas das vilas: fontes de tanque e espaldar ameados surgem em Caminha, Miranda do Douro, Vinhais e Alandroal; fontes cobertas, em Valença e Ouguela; fonte simples em Castro Laboreiro e, finalmente, poços nas vilas de Melgaço, Vilar Maior, Montalvão e Alcoutim. Recorde-se que em função do tipo de representação, o intramuros raramente é visível. ARMAS, D., *Livro das Fortalezas*, (fac-símile do Ms. 159 do Arquivo Nacional da Torre do Tombo) Lisboa, ANTT - Edições Inapa, 1997.

<sup>7</sup> Para além dos poderes régio e concelhio, as instituições religiosas foram as que mais investiram nos sistemas de condução, reserva e abastecimento de águas, embora fosse essencialmente para uso próprio e não tanto para abastecimento da população. Recorde-se, em contexto urbano, a cisterna do Mosteiro de S. Vicente de Fora, em Lisboa, ou, no Porto, o papel do convento de S. Domingos, especialmente relevante a partir do século XIV, com o seu «*cano dalcatrúzes carrado e betumado e fechado*» que captava a água numa mina não muito distante do rio e a trazia ao depósito do mosteiro. A documentação é rica em contendas entre os frades e os mesteiros acusados de sujarem a água. MORENO, H., «O fornecimento de água ao convento de S. Domingos do Porto nos séculos XIV e XV», sep. do *Boletim do Arquivo Distrital do Porto*, vol. II, 1985. Sobre o cano de S. Domingos veja-se ainda MELO, A. *Trabalho e Produção em Portugal na Idade Média: O Porto, c. 1320 – c. 1415*, Braga, Universidade do Minho, 2009, vol. II, p. 77.

<sup>8</sup> PIMENTA, B., «As cartas do Infante D. Pedro à Câmara de Coimbra (1428-1448)», *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1958, vol. XXIII, p. 8-9.

<sup>9</sup> MACEDO, F., «O Infante D. Pedro, patrono e mecenas», *Biblos*, Revista da Faculdade de Letras, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1993, vol. LXIX, p. 484.

passagem do Foro Real, originalmente escrito para a realidade castelhana, mas traduzido e incorporado no direito português, corrobora justamente a fonte como ponto de encontro de mulheres incorporando-a no elenco dos seus percursos ou atividades mais frequentes: que «*toda a mulher possa testemunhar em coisas que forem feitas ou ditas no moinho, no forno, no banho, no rio ou na fonte*»<sup>10</sup>. Aliás, os equipamentos mais centrais, aqueles a que mais pessoas acorriam diariamente, com destaque para os aguadeiros que abasteciam as casas nobres, chegaram a ser conhecidos pelas longas esperas, especialmente quando o caudal não era intenso o que, não raro, gerava conflitos. No Chafariz d'El Rei, um dos mais concorridos de Lisboa, a câmara viu-se obrigada a lançar uma postura que organizasse a espera: cada uma das três bicas seria doravante usada exclusivamente por brancos, negros ou mouros<sup>11</sup>.



Figura 2. Lisboa, Chafariz d'el Rey, c. 1570-80, Coleção Berardo.

Por isso quem as pagava raramente perdia a oportunidade de o anunciar publicamente. Se tal ocorreu nas estruturas mais simples, as chamadas fontes de mergulho ou chafurdo, tipologia que a documentação designa por *cobertas* ou *arcadas*<sup>12</sup>, (as fontes de Atouguia da Balcia e Flor da Rosa, por exemplo), a inclusão de pedras de armas e epígrafes foi ainda mais comum nos chafarizes e fontes que atingiam proporções maiores, embora estruturalmente continuassem a ser simples tanques adossados a muros –frequentemente ameaçados– onde pendia a bica de água. Deste tipo, representado por Duarte de Armas em Caminha, Miranda do Douro, Alandroal e Vinhais, perduraram em Évora, os Chafarizes das Bravas e d'El Rei, este último mandado erguer por D. Manuel, em 1497<sup>13</sup>, e igualmente retratado por Duarte de Armas na portada do foral de Évora de 1501.

<sup>10</sup> Afonso X. *Foro Real*, edição e estudo linguístico de J. Azevedo, Lisboa, INIC, 1987, [Livro II, título VIII]. p. 174.

<sup>11</sup> O documento refere-se ao ano de 1551. *D. João V e o abastecimento de água a Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal, 1990, p. 117.

<sup>12</sup> O tanque em que se mergulha o balde é protegido por uma abóbada de pedra por forma a impedir o acumular de impurezas. O acesso faz-se normalmente descendo dois ou três degraus.

<sup>13</sup> O patrocínio e a data são atestados pelos símbolos régios, escudo e Cruz de Cristo, e por epígrafe, todos eles inscritos no merlão central, de maiores dimensões que os restantes.



Figura 3. Alandroal, Vinhais e Évora, Duarte de Armas, Livro das Fortalezas (c. 1509) e Foral de Évora (1501).

Um terceiro chafariz, estruturalmente muito idêntico aos anteriores e um dos mais antigos de que temos notícia, conserva-se em Lisboa, no Largo do Andaluz. Aqui, porque os encargos foram repartidos entre o monarca, D. Afonso IV e o município, inscreveram-se as armas de ambos, lado a lado, ao centro do espaldar ameadado<sup>14</sup>.

Ainda no que respeita aos elementos identificativos do promotor, coloca-se a hipótese de os coroamentos ameados serem, por si só, um claro sinal de patrocínio régio. Recorde-se como o uso das ameias foi, sobretudo no decorrer dos séculos XIII e XIV, privilégio dos monarcas, de acordo com o chamado *Ius crenelandi*, direito régio em vigor em Portugal pelo menos desde D. Afonso III<sup>15</sup>. Claro que no caso de fontes e chafarizes, não está em causa o aparato militar e a vertente defensiva que tais elementos propiciavam, mas tão só uma eventual associação imediata à coroa. Argumento que ganha força quando se evoca o mesmo tipo de coroamento nos cadafalsos ou forcas<sup>16</sup>, estruturas punitivas cujo uso, como se sabe, caía exclusivamente sob alçada do poder régio.

Que o abastecimento de água garantindo o bem estar dos súbditos ou das populações dependentes era preocupação comum dos grandes senhores –rei à cabeça– e que nesses atos raramente se descurava a identificação do promotor, comprova-se pela ação dos filhos de D. Afonso, 1º duque de Bragança, D. Afonso e D. Fernando, respetivamente, condes de Ourém e de Arraiolos, na primeira metade do século XV. Se ao primeiro pode atribuir-se a fonte erguida na Praça Velha de Ourém, iniciativa integrada no projeto mais vasto de engrandecimento da vila, ao segundo devem-se os chafarizes de Portel, Monsaraz, Alter do Chão e Évora-Monte, mantendo este último, até hoje, as armas do conde e a inscrição que comemora a sua realização<sup>17</sup>.

De forma mais esporádica, alcançaram uma monumentalidade e carácter artístico invulgar, caso da Fonte das Figueiras, em Santarém, erguida provavelmente na primeira metade do século XIV, de novo pelos esforços conjugados do rei e do município. Encostada à muralha, combina um alpendre ameadado de protecção à

<sup>14</sup> Na inscrição pode ler-se o seguinte texto: «Na era de 1374 [ano de 1336] o concelho da cidade de Lisboa mandou fazer a fonte a serviço de Deus e do nosso Rei D. Afonso por Gil Esteves, tesoureiro da dita cidade e Afonso Soares, escrivão, a Deus graças». Para um elenco dos poços, fontes e chafarizes da capital veja-se BUARCOS, J., *Grandeza e abastança de Lisboa em 1552*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, p. 103-106, bem como CAETANO, J., *Chafarizes de Lisboa*, Sacavém, Distri-Editora, 1991.

<sup>15</sup> BARROCA, M., «Torres, Casas-Torres ou Casas Fortes. A concepção do espaço de habitação da pequena e média nobreza na Baixa Idade Média (séculos XII-XV)», *Revista de História das Ideias*, 19, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1997, p. 54.

<sup>16</sup> Vejam-se as forcas desenhadas por Duarte de Armas, por exemplo, nas vistas que traça de Bragança e Chaves. ARMAS, D., *op. cit.*, fl. 90 e 95.

<sup>17</sup> ALMEIDA, C.; BARROCA, M., *História da Arte em Portugal. O Gótico*. Lisboa, Presença, 2002, p. 155. A inscrição do de Évora Monte atribui o mando da obra a Fernão Rodriguez, ouvidor de Dom Fernando, neto d'El Rei e filho do conde de Barcelos, estando datada de 1423.

bica, aberto por três arcos e com cobertura abobadada, com um vasto tanque a céu aberto. Em duas das faces exteriores do alpendre, em local de particular visibilidade na aproximação à fonte, ostenta os escudos régio e concelhio.

Com estrutura idêntica<sup>18</sup>, mas ainda maior aparato e qualidade escultórica, destaca-se o Chafariz dos Canos, em Torres Vedras, estrutura pentagonal, erguida no decorrer da década de 1320<sup>19</sup>. O mau estado em que chegou ao século XVI, registado nas queixas apresentadas pelo povo, obrigou a Infanta D. Maria, filha de D. Manuel I e senhora da Vila, a desencadear uma campanha de obras, ato que a inscrição colocada na face principal regista<sup>20</sup>. O renque de ameias que coroa todo o conjunto, alpendre e muro de encosto, data desta mesma altura, embora não seja de pôr de lado a hipótese de vir substituir outro mais antigo, atualizando a gramática decorativa e conferindo-lhe maior presença, agora vincada pelos pináculos e pelas magníficas gárgulas.

A esmagadora maioria destes equipamentos desapareceu sem que deles sobreviva qualquer vestígio físico. De alguns, todavia, ficaram-nos breves referências escritas, fundamentais para entendermos como se tornaram peças chave nos processos de progressivo enobrecimento da centralidade urbana. De facto, para além de ser necessário associar a construção destes equipamentos públicos a uma fase de consolidação do poder municipal<sup>21</sup> —e vários são, efetivamente, os que de trezentos chegaram até nós—, importa sublinhar como no século XV acompanharam e foram impulsionados pelo processo de emergência da praça enquanto espaço público de crescente multifuncionalidade e, sobretudo, de representação de poder<sup>22</sup>. É efetivamente nessa centúria que nos adros das velhas igrejas onde desde há muito se realizava o mercado, ou em terreiros fora de portas, se assiste a uma concentração de equipamentos vários, com destaque para a Casa da Câmara, o pelourinho, a cadeia, o açougue, a breve trecho, a Misericórdia. E sempre que possível, a



Figura 4. Santarém, Fonte das Figueiras, primeira metade do século XIV.



Figura 5. Torres Vedras, Chafariz dos Canos, primeira metade do século XIV.

<sup>18</sup> O tanque exterior, ainda visível em fotografias antigas, foi demolido no século XIX.

<sup>19</sup> Um documento de 1322 refere um pagamento para os canos de Torres Vedras. É possível que se trate da sua construção pois se, por um lado, não existem referências anteriores, por outro, a partir dessa data, «os canos de agoa que vem pera a villa» começam a ser uma referência comum em confrontações ou localizações próximas. RODRIGUES, A., *Torres Vedras. A Vila e o Termo nos Finais da Idade Média*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e J.N.I.C.T., 1995, p.175.

<sup>20</sup> A epígrafe colocada na face central do Chafariz regista que a obra foi levantada debaixo da inspeção do Licenciado Duarte Velho, Juiz, por mandado da Infanta Nossa Senhora, em 1561.

<sup>21</sup> Como fez já Carlos A. F de Almeida. ALMEIDA, C.; BARROCA, M., *op. cit.*, p. 155.

<sup>22</sup> TRINDADE, L., *op. cit.*, pp. 571-612.

fonte ou o chafariz. Por honra e nobreza da vila é uma expressão que ganha então inúmeros adeptos. Os municípios pedem ajuda aos monarcas para melhorar estes espaços, para erguer novos paços do concelho, mais condizentes com a dignidade que reclamam para as suas próprias vilas. A nobreza senhorial e as grandes casas religiosas demonstram a mesma preocupação com o espaço urbano envolvente, promovendo benfeitorias em prol da comunidade, mas também da sua própria imagem.

O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra é de novo um exemplo sugestivo. Nos inícios do século XV, o prior D. Afonso Martins remodelou o terreiro fronteiro à igreja, um dos espaços de maior confluência e bulício da cidade, tornando-o maior e mais regular «*pera nelle se poderem fazer festas de cavallo. E pera o dito terreiro ficar mais fermoso, mandou [...] fazer duas fontes com seus tanques de agoas*», uma encimada por uma imagem de S. João Baptista, outra por uma escultura de Sansão, ambas vestidas de peles<sup>23</sup>.

No âmbito desta associação entre os poderes e a água refira-se aliança física que tantas vezes se registou entre a própria casa da câmara e a cisterna<sup>24</sup>. Se entre os que sobreviveram merece destaque o caso de Bragança –onde a reunião dos vereadores decorria, desde o século XIV, numa sala quadrangular ampla, rasgada em todas as faces por generosa arcaria, e literalmente assente sobre a grande cisterna abobadada– entre os que apenas se conhecem através da documentação refiram-se os de Chaves e Montemor-o-Novo<sup>25</sup>. Já não como cisterna mas como fonte de mergulho, é ainda relevante o caso de Aguiar da Beira, onde os homens bons do concelho reuniam na cobertura da própria fonte, dotada de um banco contínuo e de renque de ameias em todo o redor.

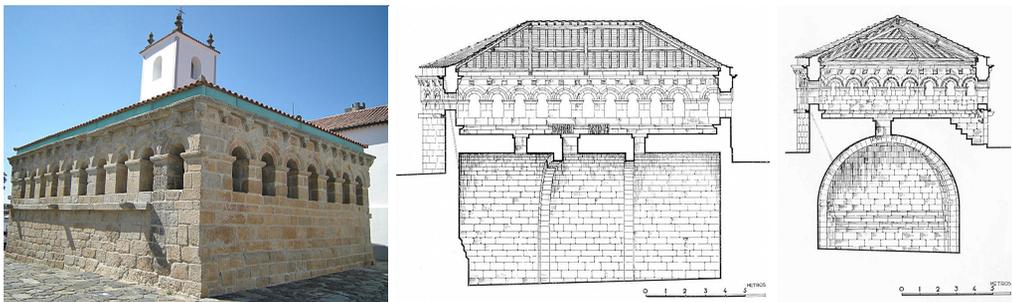


Figura 6. Bragança, Paços do Concelho e cisterna, século XIV.



Figura 7. Aguiar da Beira, Fonte coberta.

<sup>23</sup> CRAVEIRO, L., *O Renascimento em Coimbra. Modelos e Programas Arquitectónicos*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2002, pp. 27-30 (texto policopiado).

<sup>24</sup> Para além das cisternas de Castelo Rodrigo e Covilhã, e embora não seja um equipamento urbano, importa aqui fazer uma referência especial à cisterna do castelo de Montalegre, rasgada no afloramento rochoso, de planta quadrangular e dotada de uma escada interior.

<sup>25</sup> Em 1383, o concelho reuniu na «*villa de chaves Em cima da Cisterna*». *Cortes portuguesas. Reinado de D. Fernando I (1367-1383)*, org. A. Marques, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa - Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990-1993, vol. II, p. 106. O Livro de receitas e despesas da câmara de Montemor-o-Novo, de 1506, refere a existência de cisterna no Paço do Concelho. ANDRADE, A., *Breve História das ruínas do antigo burgo e concelho de Montemor-o-Novo*, Évora, Grupo dos Amigos de Montemor-o-Novo, 1977, p. 14.

Se os encargos de construção foram frequentemente repartidos<sup>26</sup>, já o vigiar, «*corregger e repairam*» era matéria camarária, concretamente do foro do almotacé, cujas funções foram codificadas nas ordenações, no capítulo da higiene urbana: «*andaram pola cidade ou Villa em tal guisa que se nom façam em ellas esterqueiras, nem lancem arredor de muro estercos, nem outro lixo, nem se atupam os canos da Cidade, ou Villa, nem a servidans das agoas*»<sup>27</sup>. No mesmo sentido vai o texto do Regimento dos Vereadores e Oficiais da Câmara, outorgado por D. Manuel a Lisboa em 1502, segundo o qual «*fontes, chafarizes e canos [...] da cidade e seu termo*» eram encargo da vereação<sup>28</sup>.

Quando as nascentes existentes nas próprias vilas e cidades secavam ou se tornavam insuficientes, ou quando a água perdia qualidade deixando de poder ser consumida, tornava-se necessário captá-la fora das localidades, transportando-a por distâncias mais ou menos longas. Para os séculos XIV e XV surgem notícias a sistemas de condutas, os canos cobertos que conduziam a água potável às fontes, lavadouros, lavatórios e vasos<sup>29</sup> onde a população se abastecia de água para uso doméstico, lavava roupa, dava de beber a animais ou junto das quais sediava mesteres como as tanoarias, as alcaçarias ou os pelames. Ruas dos Canos, como ficaram conhecidos os trajetos por onde passavam, existiram por exemplo, no Porto, em Lisboa, Évora, Torres Vedras, Santarém e Braga<sup>30</sup>.

No âmbito da engenharia hidráulica, outros canos idênticos foram construídos para recolha das águas residuais, canalizando-as para o extramuros, para o rio ou para o mar. No seu modelo mais simples (quando não eram apenas valas), permaneciam abertos correndo pelo centro das ruas em terra batida, transformando-as frequentemente em lamaçais. Foi costume aforar os terrenos por onde passavam para que o arrendatário construísse por cima, por vezes especificando-se o uso de abóbadas<sup>31</sup>.

Em Lisboa, as duas linhas de água que, juntando-se num só córrego<sup>32</sup> junto ao Rossio, atravessavam a baixa e desaguavam no Tejo, foram encanadas entre os finais do século XIII e o início do século XIV, sendo esse trajeto conhecido a partir de então como «*Rua nova do cano que vae pera o Rocio*»<sup>33</sup>. Embora se conheçam exemplos para várias cidades e vilas<sup>34</sup>, seriam sempre obras pontuais, sendo os sistemas de redes de saneamento obras mais tardias. Mesmo em Lisboa, só em 1486 se projetou a construção de um sistema de esgotos, sob proposta do concelho. Na realidade, para além de articular a recolha e circulação das águas entre canos de grandes dimensões que correriam ao longo das ruas principais, com outros, menores, que serviriam as artérias secundárias, previa ligações diretas aos edifícios, através de ramais. Talvez por tudo isso o projeto foi considerado demasiado ambicioso pelo monarca que reduziu o encargo à obrigatoriedade de todos «*os que taes canos teem que os alimpem e os façam alimpar mui bem*»<sup>35</sup>.

<sup>26</sup> Também sob a forma de fintas expressamente autorizadas pelos monarcas para esse efeito: em 1498, por exemplo, D. Manuel autorizava a câmara de Elvas, a lançar o «real de água», taxa que incidia sobre o vinho, a carne e o peixe, e que reverteria para as obras do poço de Alcalá, onde grande parte da população se abastecia. MASCARENHAS, J.; QUINTELA, A., «O Aqueduto da Amoreira e o sistema de abastecimento de água a Elvas», *Monumentos*, n.º 28, Lisboa, IHRU, 2008, p. 92.

<sup>27</sup> *Ordenações Manuelinas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, Liv. 1, tit. XLIX, §13.

<sup>28</sup> *D. João V e o abastecimento de água a Lisboa*, p. 114.

<sup>29</sup> MARQUES, J., *D. Fernando da Guerra e o abastecimento de água à cidade de Braga no segundo quartel do século XV*, sep. da Revista *Mínia*, Braga, 2ª série 3(4), 1980.

<sup>30</sup> ANDRADE, A., «Conhecer e nomear, a toponímia das cidades medievais portuguesas», *A cidade: jornadas inter e pluridisciplinares, Actas II*, Lisboa, Universidade Aberta, 1993, p. 129.

<sup>31</sup> GONÇALVES, I., «Posturas municipais e vida urbana», *Um Olhar sobre a cidade medieval*, Cascais, Patrimonia, 1996, p. 89.

<sup>32</sup> Conhecido até ao século XIV por «Rego merdeiro» ou simplesmente «Rego».

<sup>33</sup> Em 1466 surge como «*rua do cano nova*». Mais tarde será identificada como por «*rua nova que fizeram sobre o cano que se chama Rua Nova del Rei*». SILVA, C., *Lisboa Medieval*, Lisboa, Colibri, 2008, 173.

<sup>34</sup> «Canos de pedra existiam em Braga no século XV. MARQUES, J., *op. cit.*, pp. 127-137. Também em Tomar a arqueologia revelou, para o século XV, um cano sob uma calçada. CONDE, S., *Tomar medieval. O espaço e os bomens*, Cascais, Patrimonia, 1996, p. 78.

<sup>35</sup> CARTA, H., *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da Época Moderna (1495-1521)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999, p. 51.

A verdade é que o carácter precário dos sistemas de condução e abastecimento de água à cidade medieval tiveram repercussões a vários níveis. É curioso, neste âmbito, fazer um exercício com um equipamento específico: os banhos públicos.

Sabemos que existiram de norte a sul do país<sup>36</sup> e que gozaram de grande popularidade a ponto de a sua exploração ser cobiçada por nobres e religiosos, pese embora a conotação negativa que a igreja atribuía a estes estabelecimentos. Como na Antiguidade, a sua função ultrapassou em muito as preocupações higiénicas constituindo primordialmente locais de sociabilidade e prazer, onde os vários sentidos eram simultaneamente convocados: para além dos prazeres da água e do vapor, das massagens e dos óleos, ouvia-se música, bebia-se vinho e ingeriam-se alimentos vários. As iluminuras europeias que retratam o banho são particularmente insistentes neste aspeto, presumindo-se que em Portugal não fosse muito diferente: efetivamente, num documento da Colegiada de São Pedro de Elvas, datado de meados do século XIV, as várias mulheres inquiridas relatam ser costume ir aos banhos públicos e aí comer e beber<sup>37</sup>.

Assegurada a sua permanência e procura na sociedade medieval, importa agora compreender de que forma os mecanismos disponíveis para captação e distribuição de água à cidade terão comprometido a estrutura e organização destes equipamentos. Tarefa particularmente difícil pelo facto de as fontes escritas serem, neste aspecto, particularmente omissas. Ainda assim, através dos poucos relatos existentes<sup>38</sup> parece possível entrever edifícios de pequena dimensão, sem grandes especificações técnicas: um forno, inevitavelmente, para aquecer a água; uma abóbada, por vezes, para evitar o gotejar da condensação; a recorrência de uma adega, aspeto que vem apenas corroborar a prática de associação do banho com a ingestão de bebidas. Mas nada parece distingui-los do casario envolvente. Acima de tudo, nada os une às estruturas grandiosas e de vocação propagandística erguidas na antiguidade ou aos requintes técnicos e decorativos do Islão, com recurso a abóbadas perfuradas, sistemas de tubagem embutidos nas paredes e hipocaustos subterrâneos<sup>39</sup>. Aliás, nenhuma referência a tanques ou piscinas. Ao que tudo indica, na Idade Média, o ato ou ritual do banho simplificou-se consideravelmente, em grande parte pelo desaparecimento de um sistema baseado na progressão de diferentes temperaturas. O banho quente parece gozar então de total exclusividade.

É difícil não ver neste processo, pelo menos em parte, o resultado da insuficiência e precariedade da engenharia hidráulica medieval. Com um investimento débil e pontual ao nível dos sistemas e redes de condutas, o abastecimento era, como vimos, muito deficitário. Pelo menos para alimentar tanques de dimensões consideráveis. Talvez por isso, ao contrário das piscinas em alvenaria características dos balneários romanos e islâmicos, o sistema medieval tivesse que recorrer essencialmente a selhas de madeira para as quais a água quente era transportada em baldes. A banheira, frequentemente guarnecida com arcos de ferro de onde pendiam tecidos

<sup>36</sup> O papel que desempenharam enquanto referentes da paisagem urbana faz com que a toponímia seja uma das principais fontes para o seu estudo. Rua, Postigo e Porta dos Banhos são dos topónimos mais comuns, embora por vezes chegassem a nomear todo um arrabalde, como acontecia em Lisboa com o «Arrabalde em frente dos Banhos», em S. Pedro de Alfama. SILVA, C., *op. cit.*, p. 248. Alfaiates, Castelo Bom, Castelo Melhor, Castelo Rodrigo, Porto, Leiria, Santarém, Setúbal, Alcácer do Sal, Évora, Elvas, Loulé, Faro, Tavira, Castro Marim, são algumas das localidades onde se registam. Em núcleos de maior dimensão podiam coexistir vários destes equipamentos, caso de Évora onde se sabe terem existido três. CARVALHO, A., *Da Toponímia de Évora*, Colibri, 2004, p. 127-138.

<sup>37</sup> Biblioteca Municipal de Elvas, Pergaminhos da Colegiada de São Pedro de Elvas, n.º 55 (Informação cedida por Luís Filipe Oliveira, a quem aqui publicamente agradecemos).

<sup>38</sup> Para os banhos de Lisboa veja-se BARROS, F., *Tempos e Espaços de Mouros. A minoria muçulmana no Reino português (sécs. XII – XV)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2007, p. 232 e SILVA, A., *A Cerca Moura de Lisboa*, 2.ª ed., Lisboa, Câmara Municipal, 1939, p. 152. Para Évora, CARVALHO, A., *op. cit.*, p. 127-138; e para o Porto, AFONSO, J., *A Rua das Flores no século XVI: elementos para a História Urbana do Porto quinhentista*, Porto, FAUP, 2000, p. 38.

<sup>39</sup> Sobre os banhos islâmicos veja-se o estudo de NAVARRO PALAZÓN, J.; JIMÉNEZ CASTILLO, P., «Arqueología del baño andalusí: notas para su comprensión y estudio», *Cursos sobre el Patrimonio Histórico 13: Actas de los XIX cursos monográficos sobre el Patrimonio Histórico*, Jose Manuel Iglesias Gil (edit.), 2009, p. 95-137.

com a função de conservar a temperatura e o vapor, era uma simples peça de mobiliário sem qualquer influência na arquitetura.

Curiosamente, no caso dos banhos públicos, o seu encerramento e desaparecimento dá-se no exato momento em que estas limitações poderiam ser finalmente ultrapassadas. De facto, é a partir dos finais do século XV e no decorrer do século XVI, justamente quando a prática do banho cede à dupla ofensiva, moral e médica, determinada pelos temores de contágio que os poros abertos pelo calor supostamente potenciavam, que se verifica um renovado investimento por parte do poder régio no transporte de água às principais cidades<sup>40</sup>.

Como em tantos outros aspetos da sociedade portuguesa deste período –caso da reforma dos forais, da Leitura Nova, da mudança de paradigma ao nível da assistência médica, etc.– também aqui deve reconhecer-se o papel decisivo de D. João II [r. 1481-1495], ainda que seja nos reinados seguintes que a edificação de grandes aquedutos ganha franca visibilidade.

Efetivamente, o primeiro de que temos notícia resulta da iniciativa daquele monarca, concretamente do ano de 1487. Trata-se do Aqueduto dos Arcos, em Setúbal, edificado pelo mestre de obras Pero Vaz, sob cuja responsabilidade ficava igualmente a sua conservação<sup>41</sup>. Captada a cerca de três quilómetros de distância, a água chegava à cidade em condutas de pedra e alvenaria, elevadas sobre arcos. No intramuros, pelo contrário, circulava por canos subterrâneos até atingir as bicas dos vários chafarizes, com destaque para o da Praça do Sapal, local que, nas três décadas seguintes, seria transformado no novo centro político e administrativo da vila<sup>42</sup>. Dos benefícios da obra no enobrecimento e abastança da vila deu conta Ruy de Pina, na crónica que dedicou ao monarca<sup>43</sup>.

Muitas outras vilas e cidades seriam dotadas de aquedutos no decorrer de quinhentos<sup>44</sup>. De entre todas vale a pena focar de perto três casos –dois efetivamente concretizados, um apenas idealizado: Évora, Elvas e Lisboa. Une-os a vontade política subjacente de retoma dos ideais (e originais) clássicos. Como foi já referido, neste século, a «batalha pelo abastecimento de água assume os contornos de uma política esclarecida e generosa que é, em suma, expressão de poder»<sup>45</sup>.



**Figura 8.** Banhos públicos medievais retratados na edição de c. 1470 da obra de Valerius Maximus' *Facta et Dicta Memorabilia* (fol. 244), Staatsbibliothek, Berlim.

<sup>40</sup> Sobre os vários aquedutos aqui tratados veja-se ROSSA, W. «Os aquedutos de utilidade pública em Portugal na Idade Moderna. Alguns casos», *A urbe e o traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo português*, Coimbra, Almedina, 2002, pp. 125-133 e CAETANO, J., *Aquedutos em Portugal*, [s.l.], Libes, 1991.

<sup>41</sup> VITERBO, S., *Dicionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses*, 1ª ed. 1899, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, vol. III, p.168-169.

<sup>42</sup> TRINDADE, L., *op. cit.*, pp. 657-660.

<sup>43</sup> PINA, R., «Chronica d'El-Rei D. João II», *Crónicas de Rui de Pina*, Porto, Lello, 1977, p. 941.

<sup>44</sup> A título de exemplo, refira-se o caso de Torres Vedras, onde os canos foram profundamente renovados em 1561, altura em que se fizeram igualmente obras na Fonte dos Canos, como vimos já; Óbidos onde se ergueu o Aqueduto da Usseira, em torno de 1570, a mesma data em que D. Sebastião mandou reedificar de novo todo o aqueduto de Coimbra, «*mais nobremente do que fora feito havia muitos anos, como consta pelo rasto que em todo ele se achou coberto de árvores*». ROSSA, W., *Diversidade*, p. 61. O aqueduto de Bragança ou o aqueduto de Vilarinho, em Miranda do Douro, são igualmente quinhentistas.

<sup>45</sup> CRAVEIRO, L., *A Arquitectura «ao Romano»*, Vila Nova de Gaia, Fubu Editores, 2009, p. 56.

Tal como o de Setúbal, também o aqueduto de Évora terá sido inicialmente pensado por D. João II, devendo-se a interrupção do projeto à morte do monarca, ocorrida em 1495. Apesar das já «*muitas fontes compradas, e feytas de abobada, e concertadas, e medida a agoa que à cidade podia vir que era muita*»<sup>46</sup>, o aqueduto de Água da Prata, como ficou conhecido pela qualidade translúcida da água, só foi efetivamente construído no reinado de D. João III, a partir dos inícios da década de 1530. A direção da obra foi entregue ao então já muito experiente arquiteto régio Francisco de Arruda a quem, em 1542, era atribuída a tença anual de 10.000 reais pelo cargo de «*visitador do cano da Água da Prata*», «*para sempre estar coregido e bem rapayrado*», tarefa sustentada em regimento especificamente criado para o efeito. O grosso da mão de obra era assegurada por muitos e bons oficiais de pedraria, chegados de todas as partes do reino em resposta à chamada régia<sup>47</sup>.



Figura 9. Évora, Aqueduto de Água da Prata e Caixa de Água.

No momento em que a estadia prolongada da corte fazia de Évora uma forte rival de Lisboa, o aqueduto terá sido um projeto acaloradamente defendido pelo humanista André de Resende, defensor acérrimo dessa capitalidade emergente. Na realidade, o seu papel junto do monarca parece ter sido decisivo na definição final da extensão do percurso e monumentalidade da obra, ancorado no conhecimento que trazia de Itália, fosse no estudo de obras clássicas congéneres, fosse na leitura atenta dos tratados de Vitruvius<sup>48</sup> e, sobretudo, Frontino, cuja tradução para português ofereceria ao rei em 1542-43<sup>49</sup>. A Évora de D. João III, capital de contornos imperiais, emulava também por esta via a Eborá romana, reconstruindo o aqueduto que Resende acreditava ser de Sertorius. O monarca, por seu lado, ao trazer água em abundância à população, mais do que ombrear com os evergetas clássicos, ascendia à categoria de «*Pai da pátria*», título com que a partir de então seria frequentemente nomeado<sup>50</sup>.

<sup>46</sup> RESENDE, G., *Crónica de D. João II e Miscelânea*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991 p. 271.

<sup>47</sup> Sobre Francisco de Arruda continuam a ser de leitura obrigatória os dados documentais coligidos por VITERBO, S., *op. cit.*, vol. I, 1988, pp. 55-65.

<sup>48</sup> Todo o capítulo VIII do Tratado de Arquitetura de Vitruvius é dedicado às questões da água, das diferentes formas de localização dos mananciais às suas características e qualidades terapêuticas, passando pela análise detalhada dos equipamentos de adução e reserva. VITRUVIO, *Tratado de Arquitetura*, tradução do latim, introdução e notas M. Maciel, Lisboa, IST Press, 2006, pp. 291-322.

<sup>49</sup> As discussões que envolveram a construção do aqueduto de Évora e particularmente o papel que Resende nelas desempenhou, são detalhadamente analisadas por MOREIRA, R., *A arquitetura do Renascimento no sul de Portugal. A encomenda régia entre o moderno e o romano*, Lisboa, FCSH UNL, 1991, p. 346-364 (texto policopiado).

<sup>50</sup> MOREIRA, R., *op. cit.*, p. 352. A sobreposição ao antigo aqueduto romano, foi recentemente comprovada por BILOU, F., *A Refundação do Aqueduto da Água da Prata, em Évora 1533-1537*, Lisboa, Colibri, 2010.

Apenas 6 anos depois, a 28 de Março de 1537, o aqueduto era inaugurado, com a chegada das primeiras águas ao chafariz erguido na Praça de Geraldo, perante o monarca e a grande nobreza da cidade, aquela que verdadeiramente tinha financiado a obra<sup>51</sup>.

Percorrendo quase 18 quilómetros entre a Herdade do Divor e o centro da cidade, a conduta é em grande parte de alvenaria soterrada<sup>52</sup>, ganhando expressão nas proximidades de Évora, sobretudo entre a Quinta da Torralva e o Convento da Cartuxa, troço enobrecido por pequenas torres que inequivocamente denunciam o traço de Francisco de Arruda. Pelo contrário, numa linguagem que se distancia dos trabalhos conhecidos deste arquiteto e obedecendo a um pronunciado apuramento clássico, foram erguidos no coração da cidade alguns outros elementos do aqueduto, como a Arca de Água da Rua Nova, de um despojamento dificilmente ultrapassável, o desaparecido chafariz que, adornado por leões de mármore, se apoiava ao arco de triunfo romano ainda existente na Praça da cidade ou, finalmente, o templete junto à igreja e Paço Real de São Francisco, fecho do aqueduto, obra ainda registada em fotografias antigas<sup>53</sup>.

Para além destes pontos de maior investimento, o aqueduto de Água da Prata foi, até pela sua enorme extensão, uma obra de carácter marcadamente utilitário. O que não lhe retira protagonismo, sobretudo no que toca à expressão urbanística conquistada no decorrer dos séculos seguintes, quando a arcaria de volta perfeita foi sendo progressivamente apropriada pelo casario, trama de que resulta a inconfundível imagem da Rua do Cano.

Em 1537, ano em que termina o aqueduto de Évora, Francisco de Arruda recebe nova encomenda régia: dirigir o aqueduto de Elvas, cujas obras, ou pelo menos o estudo do traçado, decorriam desde 1529<sup>54</sup>. Todavia, ao contrário do anterior e apesar da muito menor extensão (a captação fazia-se na Serra do Bispo a cerca de 7 quilómetros da cidade), a edificação deste prolongar-se-á por quase um século, só terminando em 1622, altura em que se festejou oficialmente a sua inauguração, com a chegada da torrente ao Chafariz da Misericórdia.



**Figura 10.** Évora, Rua do Cano, Aqueduto de Água da Prata, década de 1530.

Com parte da tubagem a correr enterrada e parte à cota do terreno, o aqueduto da Amoreira ganha particular monumentalidade ao vencer o declive dos Vales de S. Francisco e do Rossio, em função de três características essenciais: a linha ziguezagueante que descreve no seu trajeto, a sobreposição de vários registos de arcadas, atingindo as quatro nos pontos de maior altura e, finalmente, o complexo sistema de contrafortes ou gigantes, essenciais na estabilidade que conferem à estrutura. Aspetos que, em conjunto, transformam a longa cortina num jogo formal de fortíssimo impacto no território.

<sup>51</sup> Um conjunto de 45 notáveis da cidade entregou a quantia de 690 mil reais ao recebedor da obra, em 1535. ESPANCA, T., «O Aqueduto da Água da Prata», *Revista Cidade de Évora*, n.º 7/8, 1944, pp. 89-90.

<sup>52</sup> Assinalada ao longo do percurso por claraboias e respiradouros.

<sup>53</sup> R. Moreira atribui a autoria da Caixa de Água a Miguel de Arruda (sobrinho de Francisco) e o templete à parceria Miguel de Arruda-Nicolau Chanterene, MOREIRA, R., *op. cit.*, p. 361.

<sup>54</sup> MORGADO, A., *O aqueduto e a água em Elvas. Fontes antigas*, Elvas, Câmara Municipal, 1992, p.8. Segundo este mesmo autor, a primeira paragem nas obras dá-se logo em 1547, por falta de recursos financeiros. Nesta altura estariam construídos os primeiros seis quilómetros. As obras são retomadas entre 1571 e 1580 e, de novo, a partir de 1598.



Figura 11. Elvas, Aqeduto da Amoreira, século XVI-XVII.

Como no caso anterior de Évora, é possível vislumbrar na renovação urbanística de Elvas –de que o aqeduto é apenas uma parte<sup>55</sup>– uma vontade de modernidade que é simultaneamente um desejo de classicismo. E não por acaso, de novo caberia a André de Resende um papel relevante, numa procura de proximidade à vizinha Emerita Augusta, designio a que a própria sobreposição de arcos poderia fazer referência<sup>56</sup>.

Resta, para terminar, o caso de Lisboa, cidade onde o forte crescimento registado no decorrer do século XV tornava impossível ignorar os malefícios da falta de água crónica. A pressão demográfica, por um lado, a necessidade de dar aguada aos muitos navios ancorados no Tejo, por outro, tornaram inadiável um investimento forte no campo da engenharia hidráulica<sup>57</sup>. Os primeiros esforços significativos devem-se, de novo, a D. João II: datam de 1487 e respeitam à profunda remodelação do Chafariz d'El Rei, existente pelo menos desde o século XIII. Foi certamente com base na contribuição régia de 12 mil reais<sup>58</sup> que se ergueu a estrutura de colunas e arcarias de mármore, com um espaçoso tanque, que as representações quinhentistas retratam e que Damião de Góis descreve, em 1554, como «construção notável»<sup>59</sup> (fig. 2). Em 1494, e depois de uma tentativa gorada de fazer elevar a água do Chafariz d'El Rei aos pontos mais altos de Lisboa, a preocupação do monarca centra-se no Chafariz dos Cavalos cujas obras, contrariamente ao que defende o município, considera da maior relevância para a cidade, razão porque, uma vez mais, contribui com uma avultada quantia. A obra é entregue à responsabilidade de Pero Vaz Cavaleiro, vedor das obras da cidade, devendo ser executadas de acordo com o projeto ou pintura que ele próprio apresentara ao monarca<sup>60</sup>.

Já no reinado de D. Manuel, entre 1513 e 1515, surge a primeira tentativa de construir um aqeduto para condução da água do Chafariz do Andaluz até ao Rossio, em cujo fecho se construiria uma fonte nova. Apesar dos esquisos feitos para a fonte do Andaluz, das estimativas de custo pedidas, da disponibilização da verba e da entrega dos trabalhos a João Fogaça, dados que conhecemos por um conjunto de cartas régias dirigidas ao Senado,

<sup>55</sup> Veja-se a este propósito, CABEÇAS, M., *Festas, urbanismo e arquitectura. A Praça Nova de Elvas*, trabalho realizado no âmbito do curso de mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2008 (texto policopiado).

<sup>56</sup> PEREIRA, P., «De Elvas a Olivença. O Renascimento antes de Vitruvius», *Monumentos*, 28, Lisboa, IHRU, 2008, p. 90.

<sup>57</sup> ROSSA, W., *Além da Baixa, Índices de planeamento urbano na Lisboa setecentista*, Lisboa, IPPAR, 1998, p. 66.

<sup>58</sup> *D. João V e o abastecimento de água a Lisboa*, p. 113.

<sup>59</sup> Veja-se a representação incluída na Panorâmica de Lisboa da Biblioteca de Leyde. Damião de Góis, *Descrição da cidade de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988, p. 49.

<sup>60</sup> *D. João V e o abastecimento de água a Lisboa*, p. 114 e pp. 13-14.

o projeto não chegou a ser concretizado<sup>61</sup>. Ainda assim, o episódio revela-se particularmente interessante para o tema em estudo pela forma como integra este projeto do aqueduto e chafariz no âmbito mais vasto das reformas urbanísticas manuelinas para a capital. Efetivamente, como bem salientou Helder Carita, este ano de 1513 marcava o início de um segundo forte investimento na cidade, em grande parte dirigido para o espaço balizado entre o Rossio e a Ribeira, nesses anos definitivamente assumido como central. Ligadas as duas «praças» pela rua Nova d'El Rei (c. 1500), terminado o Hospital Real no Rossio (c. 1504), já avançada a edificação do Paço Régio (iniciado c. de 1501)<sup>62</sup> e concluída a frente de boticas, na Ribeira (1498), tratava-se agora, não só de conferir uma renovada monumentalização e simetria (no caso da Ribeira aumentando dois pisos à extensa frente de boticas e completando o terceiro lado do terreiro com a Alfândega Nova; no caso do Rossio, dotando-o de um novo fontanário), como de tecer entre os dois espaços continuidades formais, definidoras de outros tantos vínculos simbólicos, caso da obrigatoriedade de uniformizar as centenas de janelas dos novos pisos das boticas com as do Hospital Real<sup>63</sup>.

Sem que as razões sejam conhecidas, a ideia é abandonada. Mas porque os problemas de abastecimento de água não deixariam de aumentar nessa Lisboa transformada (e assumida) em capital política e comercial de um vasto império, a ideia voltaria a ser equacionada no reinado seguinte. É justamente desse paradoxo que faz eco Francisco de Holanda ao considerar Lisboa como a «*mayor e mais nobre cidade do Mundo*», ao mesmo tempo que «... morre de sede e não lhe dão água»<sup>64</sup>.

Razão porque, segundo o que este mesmo humanista deixou escrito na «Fábrica que falece à cidade de Lisboa», D. João III terá equacionado a construção de uma estrutura que, trazendo água da nascente da Água Livre ao Rossio, recuperasse o trajeto do aqueduto romano de Olissipo, que algumas evidências arqueológicas tornavam então ainda bem evidente.

Projeto que, uma vez mais, não seria concretizado. Se acreditarmos em Francisco de Holanda, todavia, dessa intenção ficou um desenho: aquele que ele próprio fez para a fonte do Rossio e que muito terá agradado ao monarca<sup>65</sup>, imagem com que encerramos esta breve incursão pelos caminhos da água na cidade.

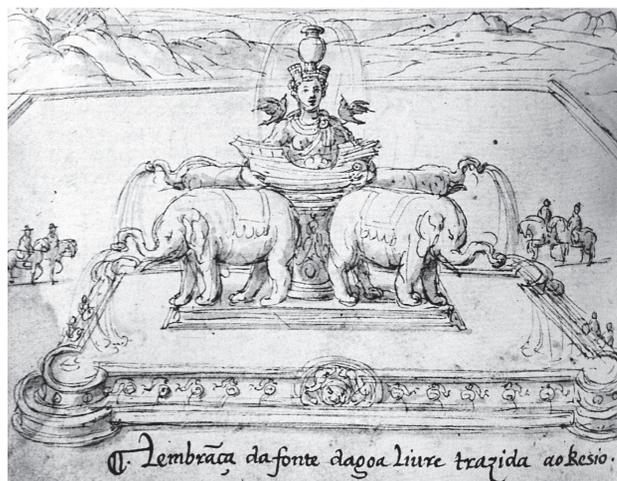


Figura 12. Desenho para a fonte do Rossio, Francisco de Holanda, século XVI (c. 1550?).

<sup>61</sup> D. João V e o abastecimento de água a Lisboa, pp. 114-115.

<sup>62</sup> Em 1505, a corte assistia no Paço a uma peça de Gil Vicente. Na realidade, todavia, as obras prolongar-se-iam por todo o reinado de D. Manuel. SENOS, N., *O Paço da Ribeira*, Lisboa, Editorial Notícias, 2002, p. 51 e 77.

<sup>63</sup> CARITA, H., *op. cit.*, p. 95-96.

<sup>64</sup> HOLANDA, F., *Da Fábrica que falece à cidade de Lisboa*, 1ª ed. 1571, Fl. 18, Lisboa, Livros Horizonte, 1984, pp. 24-25.

<sup>65</sup> *Ibidem*.